

Estudantes na pandemia: fatores protetivos e um olhar para o futuro

*Students during the pandemic: protective factors and a look
to the future*

*Estudiantes en la pandemia: factores protectores y una mirada
al futuro*

Danyelle Nilin Gonçalves

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE – Brasil

Domingos Sávio Abreu

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE – Brasil

Alexandre Jeronimo Correia Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE – Brasil

Francisco Willams Ribeiro Lopes

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE – Brasil

Irapuan Peixoto Lima Filho

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE – Brasil

Resumo

O presente estudo se debruça sobre os impactos da pandemia de Covid-19 no campo educacional. Parte de uma base de dados obtida por meio de questionários virtuais respondidos por 2584 estudantes do ensino médio de escolas públicas do estado do Ceará. Busca compreender quais fatores podem ter atuado como elementos protetivos na mitigação dos impactos educacionais da pandemia. Foram identificadas relações entre a saúde mental e projeções de futuro com gênero, condições familiares, crenças religiosas e experiência com o ensino remoto. Embora os jovens estivessem fragilizados pelos efeitos da pandemia, foi possível identificar algumas variáveis protetivas: pertencimento religioso, residir com a mãe e ser do sexo masculino. Considerando em especial as questões de saúde mental, é possível perceber que as meninas foram as mais afetadas, mas, ao mesmo tempo, são elas que mais acreditam que o futuro profissional passa pela formação acadêmica.

Palavras-chaves: jovens, escola, pandemia, saúde mental, projeções de futuro.

Abstract

This study focuses on the impacts of the Covid-19 pandemic on education, from the database obtained through online questionnaires answered by 2,584 high school students from public schools in the state of Ceará. It seeks to understand which factors may have acted as protective elements in mitigating the educational impacts of the pandemic. Relationships were identified between mental health and future projections, gender, family circumstances, religious beliefs, and experience with remote learning. Although the young people were weakened by the effects of the pandemic, some protective variables were identified: religious affiliation, living with their mother, and being male. Considering mental health issues in particular, it is clear that girls were more affected, but at the same time, they are the ones who mostly believe that their professional future depends on their academic education.

Keywords: young people, school, pandemic, mental health, future projections.

Resumen

El presente estudio se centra en los impactos de la pandemia de Covid-19 en la educación y se basa en una base de datos obtenida a partir de cuestionarios en línea completados por 2.584 estudiantes de educación secundaria de escuelas públicas del estado de Ceará. El objetivo es comprender qué factores pudieron haber actuado como elementos protectores para mitigar los impactos educativos de la pandemia. Se identificaron relaciones entre la salud mental y las proyecciones futuras, el género, las circunstancias familiares, las creencias religiosas y la experiencia con el aprendizaje remoto. Si bien los jóvenes se vieron afectados por los efectos de la pandemia, se identificaron algunas variables protectoras: la afiliación religiosa, vivir con la madre y ser varón. En lo que se respecta a los problemas de salud mental en particular, se observó que las niñas se vieron más afectadas; sin embargo, son ellas las que más creen que su futuro profesional depende de su formación académica.

Palabras-clave: jóvenes, escuela, pandemia, salud mental, proyecciones futuras.

Resumé

Cette étude se concentre sur les impacts de la pandémie de Covid-19 sur l'éducation et s'appuie sur une base de données obtenue grâce à des questionnaires en ligne remplis par 2.584 lycéens publics de l'état du Ceará. Elle vise à comprendre les facteurs susceptibles d'avoir joué un rôle protecteur dans l'atténuation des impacts éducatifs de la pandémie. Des liens ont été identifiés entre la santé mentale et les projections d'avenir, le genre, la situation familiale, les croyances religieuses et l'expérience de l'apprentissage à distance. Bien que les jeunes aient été fragilisés par les effets de la pandémie, certaines variables protectrices ont été identifiées : l'appartenance religieuse, le fait de vivre avec sa mère et le fait d'être un homme. Si les problèmes de santé mentale en particulier ont clairement été plus touchés, ce sont également les filles qui sont le plus convaincues que leur avenir professionnel dépend de leur formation universitaire.

Mots-clés: jeunes, école, pandémie, santé mentale, projections futures.

1 Introdução

O presente estudo se insere em um conjunto de pesquisas sobre os impactos da Pandemia de Covid-19¹ no campo educacional no Brasil. Integra um projeto de articulação nacional, coordenado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo número 2021/08719-0, projeto *Implementação de políticas educacionais e desigualdades frente a contextos de pandemia pelo Covid-19*, para a compreensão e planejamento de políticas públicas eficazes para possíveis cenários catastróficos futuros.

Visa, portanto, a contribuir para o debate sobre políticas públicas voltadas à recuperação e prevenção dos déficits educacionais e ao fortalecimento das redes de suporte para estudantes em situações de vulnerabilidade.

Partindo de uma base de dados obtida por meio de questionários virtuais, respondidos por 2584 estudantes do ensino médio de escolas públicas do estado do Ceará, buscamos compreender quais fatores podem ter atuado como elementos protetivos na mitigação dos impactos da pandemia na educação. Esclarecemos que o artigo não realiza inferências de causalidade. O que apresentamos é uma análise associativa, ou seja, uma leitura das relações observadas nos dados, sustentada por correlações estatísticas.

Embora não se configure como um teste de hipótese em sentido estrito, a abordagem permite identificar padrões de associação entre as variáveis investigadas. A análise das respostas permitiu identificar associações entre a saúde mental dos jovens e suas projeções de futuro com o gênero, suas condições familiares, suas crenças religiosas e sua experiência com o ensino remoto.

Os resultados apontaram ao menos três variáveis que serviram como fatores protetivos durante a pandemia, especialmente no que diz respeito à saúde mental. Os dados permitem aferir que as variáveis de pertencimento religioso, residir com a mãe e ser do sexo masculino foram importantes para dirimir os impactos da crise sanitária, ao passo que as pessoas do sexo feminino apontaram ter tido a saúde mental mais afetada, ao mesmo tempo em que manifestaram maior ambição profissional e educacional, inclusive, com maior predisposição a acreditar que o futuro laboral passa pela formação acadêmica.

A partir das relações identificadas nos dados, discutiremos possíveis explicações

¹ Entre os anos de 2020 e 2022, a OMS declarou a situação de pandemia global de Covid-19 (março/2020). Diversos países adotaram protocolos de distanciamento, afetando as atividades cotidianas em todas as dimensões da vida social. No âmbito da educação, a principal medida foi a suspensão de aulas presenciais e a alteração para um regime emergencial de atividades remotas. No Brasil, o cenário foi caracterizado pela ausência de um comando central por parte do Ministério da Educação, impelindo as redes estaduais e municipais a responderem de modo variado, com diversidade de calendários, plataformas e suporte às famílias/estudantes. Esse contexto fundamenta o recorte temporal e as escolhas analíticas deste estudo.

teóricas que podem ser exploradas em pesquisas futuras, aprofundando a compreensão dos mecanismos que possibilitaram o enfrentamento mais resiliente por parte dos estudantes diante da crise educacional e de saúde mental gerada pela pandemia.

2 O contexto da educação na pandemia: estratégias e obstáculos do ensino remoto escolar

A pandemia da Covid-19, que teve início em dezembro de 2019, impactou significativamente a educação em todo o mundo. No Brasil, além dos desafios impostos pelo isolamento social, a inação do Ministério da Educação (Bravo *et al.*, 2021) comprometeu a implementação de medidas nacionais de mitigação. A ausência de um plano coordenado, sob a influência de um governo que desconsiderou a gravidade da crise sanitária, resultou na fragmentação das respostas educacionais, com estratégias elaboradas de forma independente por estados e municípios, levando a resultados distintos.

Barberia, Cantarelli e Schmalz (2021) identificaram que o intervalo médio entre o fechamento das escolas, determinado por decretos de isolamento social – predominantemente em março de 2020 –, e o início das aulas remotas no Brasil foi de 34 dias. No entanto, conforme esperado, houve grande variação entre as diferentes regiões do país. Os estados que responderam mais rapidamente foram Amapá, Amazonas e Ceará, enquanto Tocantins, Rio Grande do Sul e Espírito Santo levaram mais de 100 dias para retomar as atividades educacionais no formato remoto.

Os autores destacam que os governos estaduais, de uma maneira geral, superestimaram o acesso da população à internet. Esse equívoco é evidenciado pelos dados da pesquisa *TIC Domicílios* de 2019², que indicam que apenas 71,4% dos lares brasileiros possuíam conexão à rede mundial de computadores, com expressivas desigualdades regionais.

A região Nordeste apresentou a menor média de acesso (65,3%), enquanto o Sudeste registrou a maior (74,6%). Se considerarmos o acesso à internet sob a perspectiva da renda familiar, observa-se que a desigualdade se acentua ainda mais: famílias com renda de até um salário mínimo apresentavam uma taxa de conectividade de apenas 55,1%, enquanto aquelas com renda de até dois salários mínimos registravam 69%.

Ao avaliarem as estratégias de retomada das aulas, o estabelecimento de estruturas de aulas virtuais e o acompanhamento docente, os autores pontuam que os resultados foram melhores nos estados mais ricos da federação e naqueles que já traziam bons resultados na

² Dados disponíveis In: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Ideb (Barberia; Cantarelli; Schmalz, 2021).

Em um estudo nacional sobre as estratégias das redes educacionais no enfrentamento à crise sanitária, Bravo *et al.* (2021) perceberam que, na vacância do governo federal, as redes estaduais assumiram o protagonismo de manter a escolaridade funcionando e de criar estratégias didáticas e pedagógicas que permitissem a complexa migração do regime tradicional para o ensino remoto emergencial.

Os resultados demonstraram que a colaboração intergovernamental entre estados e municípios foi essencial para a boa resolução alcançada por algumas redes, ainda que de modo muito desigual nacionalmente. O contexto das ações, incluindo fatores como características territoriais, nível socioeconômico e renda da população local, revelou-se um elemento determinante na formulação e execução das estratégias educacionais. Essas iniciativas desafiaram as gestões a extrapolar as atividades tradicionalmente atribuídas às escolas.

Os autores apontam que estratégias relacionadas ao currículo (reorganização e adequação) e ao tempo (reposição da carga horária e ampliação da jornada) foram as mais adotadas entre as redes estaduais, porém, os resultados positivos foram impulsionados por ações como a busca ativa dos estudantes, com professores e coordenadores pedagógicos ingressando nas comunidades para localizar os jovens e restabelecer os vínculos escolares, o que incluía, também, a impressão de materiais pedagógicos (Bravo *et al.*, 2021). Para isso, o trabalho dos coordenadores pedagógicos e de professores que atuavam como “diretores de turma”³ foi essencial.

A pesquisa de Pereira *et al.* (2024) em duas escolas das periferias de Fortaleza demonstrou como os profissionais da educação tiveram que exceder suas obrigações profissionais para conseguir bons resultados, o que gerou acúmulo de atividades por parte dos docentes e uma atuação que se aproximou, não em poucos casos, da assistência social.

A análise de Duarte *et al.* (2025) aponta que a ação da rede educacional cearense foi diferenciada e guardou algumas peculiaridades, com o governo estadual investindo bastante esforço no tópico, de modo que 80% dos decretos estaduais publicados entre 2020 e 2022 mencionaram a educação, e as diretrizes ditadas pela gestão garantiram a colaboração estado-

³ O Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) é uma estratégia da Secretaria de Educação do Ceará que existe desde 2008, na qual um professor assume a responsabilidade por “determinada turma, cabendo-lhe conhecer os estudantes individualmente, para atendê-los em suas necessidades. Além disso, são atribuições do professor diretor de turma (PDT) a mediação das relações entre a sua turma e os demais segmentos da comunidade escolar, bem como o trabalho de formação cidadã e desenvolvimento de competências socioemocionais, junto aos seus estudantes” (Seduc-CE, 2025, s/p).

municípios, através de orientações às ações de gestores e educadores no trato com os estudantes, dos currículos e na estruturação das aulas remotas.

Nossos próprios estudos (Gonçalves; Lima Filho, 2023) também identificaram algumas estratégias do estado do Ceará, no combate à pandemia pelo campo da educação, que renderam resultados positivos, a partir de ações como busca ativa, usos de redes sociais para contato com jovens e suas famílias, distribuição de *chips* de telefones celulares e de cestas básicas para compensar a ausência da merenda escolar.

Todavia, a despeito dos grandes esforços docentes que ajudaram a evitar que a catástrofe da pandemia no aspecto educacional fosse ainda pior, o discurso dos professores sobre excesso de trabalho e prejuízos à saúde mental foram recorrentes, como em Duarte *et al.* (2025) e em nossos estudos (Lima Filho; Gonçalves; Santos, 2022), inclusive, com narrativas que destacavam os receios da precarização docente por via da adoção de aulas virtuais (Lima, 2020) e o excesso de trabalho (Furlin, 2020).

Do outro lado da tela, os estudantes também sofreram durante esse processo. O estudo de Senhora *et al.* (2024) comparou a realidade de escolas dos estados do Rio Grande do Norte e São Paulo, percebendo que somente 59% dos jovens pesquisados conseguiram assistir às aulas remotas e relatando problemas constantes com plataformas digitais ineficientes e acesso irregular à internet, que passa por desde falhas nas conexões de rede até o compartilhamento ou mesmo ausência de aparelhos adequados ao uso.

Relatos de estudantes, contudo, demonstraram como a ação de acolhimento realizada pelos professores no período pandêmico foi fundamental para evitar a evasão escolar, atuando não apenas na facilitação da aprendizagem, mas, essencialmente, como apoio emocional ao sofrimento dos jovens (Senhora *et al.*, 2024), que enfrentavam o isolamento social compulsório e a consequente fragilização dos laços sociais devido à interrupção abrupta da convivência escolar.

A experiência pandêmica demonstrou, na prática, o potencial humanizador e de sociabilidade da escola, reafirmando sua relevância não apenas como espaço de ensino, mas também como uma instância fundamental da presença do Estado como promotor de direitos básicos na vida cotidiana da sociedade.

Em nossos estudos (Lima, Abreu, Lopes, 2020; Lopes *et al.*, 2024) sobre os efeitos da pandemia em estudantes, analisamos os sentimentos relatados pelos jovens nesse período, a partir de coletas de dados anuais realizadas entre 2020 e 2024, e os resultados evidenciam o impacto desse período na saúde mental de adolescentes e jovens. Os relatos de sentimentos negativos ressaltados pelos estudantes, suplantando em muito os positivos, chamou a nossa

atenção, ainda em 2020 (Lima, Abreu, Lopes, 2020), e nos estimulou a seguir acompanhando esses dados ao longo dos anos seguintes.

Todavia, um aspecto sobre o qual queremos nos debruçar é justamente que, dadas as condições de piora dos índices educacionais, da sensação de bem-estar dos indivíduos e do aumento na deterioração da saúde mental, quais foram os fatores protetivos para mitigação dos efeitos da pandemia na educação? O que ou quem possibilitou que os estudantes atravessassem esse período de uma maneira menos traumática?

Para chegar a esse momento, é necessário, no entanto, analisar os dados referentes aos impactos da pandemia percebidos pelos discentes.

3 Desenho metodológico

Os resultados apresentados neste texto fazem parte de um ciclo de pesquisas que a equipe realiza desde o início do período pandêmico, em 2020, em coletas de dados anuais nas escolas públicas de ensino médio do estado do Ceará, algumas das quais já apresentadas em trabalhos pretéritos. A pergunta de partida que nos guiou foi entender o grau de impacto da pandemia na saúde mental desses estudantes e a tentativa de analisar que variáveis poderiam agir de modo protetivo, além de entender como alunas e alunos vivenciaram o período.

Esta pesquisa foi realizada com a aplicação de questionários mistos e contou com o apoio dos discentes do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), que eram também docentes em escolas públicas de ensino médio. Eles difundiram o formulário entre seus estudantes, a partir dos grupos do aplicativo Whatsapp dos quais faziam parte. A coleta dos dados transcorreu entre os meses de maio e novembro de 2023 e foi anônima, voluntária, com termo de ciência para participantes.

Trata-se, portanto, de um estudo quantitativo, observacional, de corte transversal, com aplicação de *survey online* via Google Forms para estudantes do ensino médio de escolas públicas do Ceará.

O instrumento foi um questionário misto com 40 itens, dos quais, 36 eram fechados (22 dicotômicos e 14 de múltipla escolha), além de quatro itens abertos. A coleta ocorreu em 20 escolas (19 do Ceará; uma do Piauí). Para este artigo, analisamos apenas o Ceará (n=2.584), após exclusões por não resposta em variáveis centrais. A amostra é por conveniência e adesão, com abrangência e heterogeneidade de perfis escolares/territoriais, contudo, sem pretensão de representatividade estatística para o estado.

As 19 escolas localizadas no estado do Ceará (distribuídas na capital, em três

municípios da região metropolitana de Fortaleza e outras quatro cidades do território), divididas nas modalidades: tempo integral (5), profissionalizantes (2), ensino fundamental e médio regular (6), ensino médio regular (5), ensino de jovens e adultos (1). Na coleta de dados, também foi contemplada uma escola do estado do Piauí, porém, para a finalidade deste estudo, esses questionários foram excluídos da amostra.

A participação se deu por adesão; em algumas escolas, a aceitação foi massiva e em outras, não: em sete instituições houve mais de 100 respostas. Entende-se que, apesar dos números diferentes de respostas em cada escola, o fato de o questionário ter sido coletado em tantos estabelecimentos educacionais diferentes (tanto no tipo quanto na localização geográfica) tornam os resultados relevantes.

Além dos dados socioeconômicos e de composição familiar, as questões versavam sobre as experiências no ensino remoto, sentimentos acerca do período, percepções sobre a escola e expectativas em relação ao futuro profissional. No período de coleta, os estudantes cursavam o ensino médio, porém, parte do questionário remetia ao período pandêmico de 2020 a 2022. É importante salientar que, naquele tempo, estavam entre o 7º e o 9º ano do ensino fundamental.

O questionário obteve 3469 respostas entre estudantes do Ceará e do Piauí, e a base de dados foi então trabalhada. Decidimos eliminar todos os respondentes que deixaram algumas das variáveis estudadas em branco, deixando 3034 participantes com respostas a todas as perguntas. Contudo, a disparidade na quantidade entre os dois estados nos levou a desconsiderar os 450 jovens do Piauí, deixando a amostra final com 2584 estudantes do sistema educacional do Ceará.

O próximo passo foi cruzar as variáveis escolhidas, e foram eliminados todos os cruzamentos que poderiam ser explicados apenas pelo acaso. Para tal, foi utilizado o teste do Qui-quadrado e guardamos apenas aquelas cujo valor p foi inferior a 0,05, ou seja, aquelas em que os resultados encontrados tinham pelo menos 95% de chances de não serem fruto do acaso.

A variável "saúde mental abalada durante a pandemia" foi analisada em relação ao "sexo", à "composição familiar" e à "religião" dos entrevistados. No entanto, cabe uma observação importante: entre essas três variáveis, usadas no estudo observacional, apenas o sexo pode ser interpretado como um fator de influência consistente. Isso se deve ao fato de que tanto a composição e os arranjos familiares (Sommerhalder; Zanotto; Pentini, 2023), quanto à religião dos indivíduos podem ter sofrido alterações durante e após a pandemia.

Assim, neste estudo, essas duas últimas variáveis devem ser compreendidas mais

como sugestões para investigações futuras, nas quais se possa testar a correlação entre saúde mental e aspectos como "com quem você morava durante a pandemia" ou "qual era sua religião naquele período" – o que permitiria uma análise sem anacronismos.

No que se refere à variável "sexo", a fim de garantir a continuidade entre o momento da pandemia e o da pesquisa, foram excluídas respostas que não fossem "masculino" ou "feminino". Isso se justifica pelo fato de que a amostra era composta majoritariamente por adolescentes e jovens, muitos dos quais tinham entre 12 e 14 anos durante a pandemia.

Dessa forma, outras identidades de gênero poderiam ter se transformado ao longo do tempo. No total, 74 participantes (2,9% da amostra) optaram por escrever outras definições, que variaram entre termos mais comuns, como "homem trans", "mulher trans", "bissexual" e "homossexual", e categorias menos usuais, como "maveric", "super-girl", "avião", "Bem10", "cabra macho" e "da Lua".

Frisamos ainda que nosso estudo tenta identificar correlações entre as variáveis citadas acima (além da variável "alguém o estimula a estudar") e as perspectivas futuras dos estudantes, no que diz respeito ao tipo de trabalho e/ou de estudo vindouro. Para esses tópicos, as variáveis de "composição familiar" e de "religião" nos parecem tão sólidas quanto aquela do sexo.

A partir dos dados coletados, podemos inferir que nossa amostra apresenta estudantes do ensino médio de escolas públicas do estado do Ceará, dos quais 52,1% são do sexo feminino e 47,9% do masculino; 45,3% residem com os pais juntos e 37% com a mãe sozinha ou acompanhada de outros arranjos (avós, tias etc.); 70,5% afirmando que tinham um espaço específico para realizarem os estudos em casa e 90,2% consideram que existe alguém em suas vidas que os incentiva a estudar.

Como se trata de jovens estudantes do ensino médio, a faixa etária contemplada é restrita, com 83,9% dos entrevistados entre 15 e 17 anos de idade. Aqueles com mais de 18 anos somaram apenas 4,3%.

4 Análise dos dados

O primeiro elemento que aqui destacamos é que, em nossa amostra, quase dois terços (63,2%) dos respondentes dizem ter tido a saúde mental afetada negativamente. As respostas de nossa amostra dão a entender que houve consequências graves ao aprendizado e à saúde mental dos estudantes e iremos analisar tais perspectivas.

Uma das primeiras questões que nos chamou a atenção diz respeito à análise sobre

a dinâmica das aulas remotas. Os dados apresentados dizem que somente uma parte pequena de discentes teve êxito no aprendizado: 17% dos respondentes afirmaram que assistiram às aulas virtuais e conseguiram aprender, ao passo que 52,3% alegaram que não conseguiram aprender, mesmo assistindo às aulas. Nada menos do que 30,1% dos jovens sequer assistiram às aulas.

A relação entre ter tido a saúde mental abalada – que, relembramos, foi apontada por 63,2% dos jovens estudados – e a forma como se deram as condições de participação nas aulas pode ser percebida na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Relação entre saúde mental e participação nas aulas

Condição de participação nas aulas remotas	Percentual de estudantes que relataram saúde mental abalada
Assistia às aulas e conseguia aprender	51,4%
Assistia às aulas, mas não conseguia aprender	68,9%
Entrava na sala <i>on-line</i> , mas não assistia às aulas	65,4%
Não assistia às aulas	62,5%

Fonte: Elaboração própria.

Os dados indicam relação entre a experiência do ensino remoto e o bem-estar emocional dos estudantes, especialmente entre aqueles que enfrentaram maiores dificuldades para acompanhar as atividades escolares. Os índices mais elevados de impacto na saúde mental foram observados entre aqueles que, embora acessassem o ambiente virtual, não conseguiam assimilar o conteúdo (68,9%) ou não acompanhavam efetivamente as aulas (65,4%).

Esses achados abrem a possibilidade de formulação da hipótese de que a simples disponibilização do ensino remoto, sem a garantia de condições adequadas para a participação dos estudantes, poderia gerar um efeito mais adverso (tornando a experiência mais frustrante para uma parcela significativa dos estudantes) do que a própria ausência dessa oferta. Também é preciso considerar a relação entre aprendizagem e menos problemas com saúde mental, apontando para o potencial de que uma boa estratégia pedagógica poderia ser benéfica às tensões do período pandêmico.

Outra diferença constatada a respeito da percepção da saúde mental se deu em termos de gênero: 76% do sexo feminino afirmaram ter tido a saúde mental abalada, ao passo que os do sexo masculino foram somente 49,2%.

Tabela 2 – Percentual de saúde mental por sexo

Sexo	Teve a Saúde Mental Abalada?	
	Não	Sim
Feminino	24	76
Masculino	50,8	49,2
Total	36,8	63,2

Fonte: Elaboração própria.

Outro aspecto aparentemente relacionado à saúde mental cruzada por sexo aparece quando questionados do que mais sentiram falta quando estavam em situação de isolamento social: a opção “de não sentir medo” foi marcada por 12,8% das meninas e somente por 7% dos meninos.

As outras opções do formulário traziam situações como ausência de amigos, de namorados(as) e da comunidade escolar causadas pelo isolamento, de sair de casa, além de dificuldades materiais/econômicas que podiam ter gatilho nas restrições laborais durante a crise sanitária. Dessa forma, o item “não sentir medo” é o que mais aponta à situação de saúde mental, e nele a diferença entre os sexos foi a mais extremada.

De modo geral, podemos dizer que o sexo masculino relatou menos problemas mentais por conta da pandemia. Isso pode se dar, inclusive, por aspectos culturais e socializadores que estimulam as mulheres a falar desde cedo sobre seus sentimentos, diferentemente da socialização masculina.

Tabela 3 – Percentual de participação nas aulas por sexo

Sexo	Durante o ensino remoto você...			
	assistia às aulas e conseguia aprender	assistia às aulas e não conseguia aprender	entrava na sala <i>on-line</i> , mas não assistia às aulas	não assistia às aulas
Feminino	14,8	59,2	11,6	14
Masculino	19,3	44,9	12,9	22,2

Fonte: Elaboração própria.

Já em relação ao aprendizado e engajamento nas aulas remotas, o recorte sexual reforçou o maior impacto social no sexo feminino. Dentre os que afirmaram assistir às aulas e conseguir aprender, a diferença é de mais de quatro pontos percentuais negativos para as mulheres, enquanto na opção “assistia às aulas e não conseguia aprender”, as meninas estiveram à frente com mais de quatorze pontos percentuais. A diferença cai a um ponto

entre aqueles que entravam nas salas virtuais, mas não assistiam às aulas e volta a se distanciar entre os que não entraram nas salas nem assistiram às aulas, com os meninos mais de oito pontos à frente.

Tais números parecem indicar um esforço um pouco maior do sexo feminino em se dedicar aos estudos em meio às aulas remotas, com 74% delas efetivamente assistindo às aulas, contra 64,2% dos meninos, todavia, com resultados desiguais e mais negativos para elas na percepção de aprendizagem. Os dados parecem sugerir que as meninas são mais modestas ou mais críticas em relação ao seu desempenho em comparação aos meninos.

Tabela 4: Percentual de sexo por pretensões pós ensino médio

Sexo	Quando terminar o ensino médio você pretende...						
	Fazer concurso público	Fazer curso técnico	Fazer curso técnico e trabalhar	Fazer faculdade	Fazer faculdade e trabalhar	Não fazer nada	Somente trabalhar
Feminino	3,5	3,0	12,5	18,0	52,0	1,0	9,9
Masculino	8,6	3,9	13,3	15,4	31,7	2,7	24,9

Fonte: Elaboração própria.

As mulheres parecem direcionar ligeiramente mais seus esforços para a ambição estudantil, pois mais da metade das meninas (52%) quer fazer faculdade e trabalhar ao mesmo tempo (um reconhecimento de que não podem se “dar ao luxo” de apenas estudarem), enquanto os meninos vislumbram esse percurso em menos de um terço dos casos (31,7%).

A opção “fazer faculdade” (sem especificar precisar trabalhar ao mesmo tempo) é escolhida de forma similar, apesar de as meninas estarem à frente dos meninos aqui também, pela margem de quase três pontos percentuais. O fato de que os meninos estão muito menos propícios a investir na carreira estudantil é confirmado nas opções “apenas trabalhar” e “não fazer nada”, marcada por 24,9% e 2,7%, contra 9,9% e 1% das meninas nas mesmas questões.

Enquanto 8,6% dos meninos apostam em um concurso público, as meninas são menos numerosas a escolher essa opção, com 3,5%. Esses dados nos parecem demonstrar que há uma maior predisposição dos meninos para o mercado de trabalho de maneira mais imediata, enquanto as meninas querem ampliar sua escolaridade, seguindo na formação acadêmica, embora atrelada também ao mercado de trabalho.

A ambição profissional tem variáveis diferentes em função do gênero: apesar de a universidade ser o alvo de ambos os sexos, quando se listam as profissões mais apreciadas, percebe-se que há diferenças notórias. Enquanto as meninas optam por carreiras construídas

a partir do ingresso no ensino superior (com ênfase em carreiras tradicionais, relacionadas em parte aos cuidados, como as da saúde e às relacionadas ao direito e em menor medida, à segurança pública), os meninos optam principalmente por carreiras militares, esporte e empreendedorismo. Quando se trata de cursos universitários, a engenharia aparece como a principal opção, conforme o gráfico a seguir.

A baixa correlação entre as escolhas profissionais de meninas e meninos, evidenciada em nossa análise (0,100), reforça a segmentação de gênero nos horizontes profissionais e no próprio mercado de trabalho como demonstrado mais detalhadamente em pesquisa com o *Censo da educação superior* de Pessoa, Vaz e Botassio (2021), realizada antes da pandemia.

Os autores indicam que, mesmo com o aumento da participação feminina no ensino superior, a desigualdade da distribuição de gênero persiste nas escolhas dos cursos, com mulheres predominantemente optando por formações associadas ao cuidado e à educação, enquanto os homens buscam carreiras ligadas à tecnologia e ciências exatas. Os dados coletados em nossa pesquisa ressoam esse fenômeno mais amplo. A menção às determinadas profissões revelou disparidades fortes entre os gêneros.

Tabela 5 – Percentual de menções de profissões/áreas por meninas e meninos

Menção de áreas: Meninas	Menção de áreas: Meninos
<ul style="list-style-type: none"> ● Psicologia (81,8%) ● Medicina veterinária (80,9%) ● Medicina (78,4%) ● Direito (73,8%) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Atleta/Jogador (95,8%) ● Empreendedor/Empresário (73,5%) ● Carreira militar (72,4%) ● Engenharia (70,6%) ● Profissional de educação física (60,0%)

Fonte: Elaboração própria.

Notadamente, o sexo feminino teve maior predileção por profissões relacionadas à formação acadêmica, com 81,8% das menções à psicologia feitas por meninas, assim como maioria absoluta nas indicações de medicina veterinária, medicina e direito, ao passo que o sexo masculino priorizou profissões relacionadas ao esporte (95,8% das indicações de atleta ou jogador foram de meninos), ao empreendedorismo e às forças militares, embora o ensino superior também tenha aparecido. Não podemos deixar de mencionar que as profissões destacadas pelas meninas possuem a característica do cuidado com outras pessoas, tão associadas ao sexo feminino.

Quando se trata do futuro educacional/profissional, a segurança sobre o êxito

profissional é menos positiva entre as mulheres: 60,2% do sexo feminino acreditam que conseguirão a profissão que desejam, enquanto entre os de sexo masculino a porcentagem é ligeiramente maior (68,7%). Ressaltamos que a dúvida quanto a alcançar a profissão esperada, expressa na opção “talvez”, foi mais frequente entre as meninas (28,2% dos meninos e 37,5% das meninas escolheram a opção “talvez”).

A certeza do fracasso, expressa na opção “não”, foi um pouco mais elevada entre meninos (3,1% contra 2,4% delas), porém, no conjunto das respostas, o “não” apareceu poucas vezes. Dentre os motivos elencados pelos discentes, estão desde os externos (como concorrência do curso escolhido ou falta de dinheiro e de oportunidades) aos internos (que dizem respeito ao como se veem no processo): com medo, insegurança em relação ao futuro, insegurança a respeito de suas próprias capacidades, percepção da falta de dedicação e constatação de que não estudam o suficiente ou que têm notas baixas que dificultam o êxito. Mais uma vez há diferença entre os gêneros: as meninas atribuíram muito mais respostas sobre fatores internos, o que reforça novamente uma tendência de mais autocrítica e mais insegurança das meninas.

Tabela 6 – Percentual de Sexo por Motivos para dúvidas sobre o êxito na profissão

Motivos	Meninas	Meninos
Financeiros/falta de oportunidades	4,2%	5,7%
Curso concorrido, difícil/Poucas vagas	4,1%	2,9%
Falta de apoio familiar às decisões	0,2%	1%
Medo	8,3%	1,5%
Futuro incerto	0,2%	3,4%
Dúvidas quanto ao curso/possibilidade de mudar de ideia /não saber ainda o que quer	18,8%	18,1%
Notas baixas/desempenho ruim/falta de estudo	5,4%	2,9%
Falta de capacidade/incompetência	4,8%	0,2%
Falta de confiança/insegurança	2,7%	0,2%

Falta de dedicação/de esforço/de disposição/de vontade/de coragem/preguiça	9,2%	2,9%
Ansiedade	0,4%	0,02%
Falta de foco	0,03%	0,007%

Fonte: Elaboração própria.

Embora 90,2% dos respondentes tenham afirmado que recebem incentivos para estudar, a estratificação dessas respostas revelou algumas distinções interessantes. A distribuição por sexo mostra que as meninas são mais numerosas (53%) do que os meninos (47%) a se sentirem motivadas aos estudos por alguém.

Além da variável de gênero, o tipo de composição familiar do respondente indica resultados diferenciados em relação a escolher a opção “teve a saúde mental abalada” durante a pandemia.

Tabela 7 – Percentual de saúde mental por com quem mora

Com quem você mora?	Você considera que teve a saúde mental abalada...?	
	Não	Sim
Avó	33,2	66,8
Mãe	34,5	65,5
Mãe e pai	40,0	60,0
Pai	34,1	65,9
Outra configuração	30,8	69,2
Total	36,8	63,2

Fonte: Elaboração própria.

Segundo a Tabela 7, quem residia em lares potencialmente tradicionais parece ter sido mais protegido dos efeitos psicológicos da pandemia: dentre os que residiam com pai e mãe juntos, 40% afirmaram não terem tido a saúde mental abalada, o indicador mais alto dentre os vários arranjos familiares. Residir apenas com a mãe ou com o pai vêm a seguir tecnicamente empatados, com 34,5% e 34,1%, destacando que a presença de pelo menos um dos genitores atua com algum tipo de fator protetivo, ainda mais quando percebemos que a ausência deles (**outras configurações**) trouxe o maior número de respostas para ter tido a saúde mental abalada, com 69,2%.

Nessa categoria, estão incluídos aqueles que vivem com parentes distantes, vizinhos, cônjuges, conhecidos, amigos e até sozinhos. A figura da avó como um tipo de “mãe substituta” também tem o seu valor, com seu indicador muito próximo, ainda que inferior, à presença dos genitores.

Mais próximo se está do modelo familiar da díade pai/mãe é menor a probabilidade do entrevistado de ter respondido que a saúde mental piorou naquele período. Assim, os jovens que moravam com pai e mãe, juntos ou separados, parecem ter estado mais protegidos do ponto de vista da saúde mental.

Os estudos de Abreu e Aquino (2017) e de Carloto (2005) já indicavam o maior percentual de permanência na escola em classes empobrecidas quando a mãe vivia maritalmente com um homem. Para Carloto (2005), a presença masculina no lar permite que parte das mulheres se sinta “fortalecida” e mais “confiante” (hipótese de Carloto), o que durante a pandemia pode ter sido ressentido também pelos adolescentes. No caso de Abreu e Aquino (2017), a hipótese é que a presença de outro adulto dentro de casa aumenta a chance de cuidados com os filhos, o que pode também ser aplicado aqui.

Tabela 8: Percentual de estímulo ao estudo por com quem mora

Com quem você mora?	Alguém a(o) estimula a estudar?	
	Não	Sim
Avó	9,5	90,5
Mãe	9,6	90,4
Mãe e pai	8,4	91,6
Pai	14,5	85,5
Outra configuração	15,8	84,2
Total	9,8	90,2

Fonte: Elaboração própria.

Quando distribuídos pela composição familiar, algumas diferenças foram marcantes entre os que alegaram receber incentivos para estudar. Curiosamente, apesar de aqueles que moravam com “mãe e pai juntos” terem atingido os maiores valores de estímulo aos estudos (91,6%), o segundo lugar veio com aqueles que residem com as avós (90,5%), um pouco à frente daqueles que residem com as mães sem a presença paterna (90,4%).

Os indicadores reduziram em outras composições familiares, inclusive, com a

presença paterna sem a materna (85,5%). Isso parece um indicador de que as mães atuam positivamente no incentivo aos estudos, ainda que, quando estão acompanhadas dos progenitores masculinos, haja um pequeno adicional, ao mesmo tempo em que a presença isolada do genitor decresce o indicador. Tentando relacionar esse item com a saúde mental, percebe-se que a família composta de pai e mãe tanto protege mais, como incentiva mais o estudante.

Tabela 9 – Percentual de alguém o estimula a estudar por participação nas aulas

Alguém a(o) estimula a estudar?	Durante o Ensino Remoto você...			
	Assistia às aulas e conseguia aprender	Assistia às aulas e não conseguia aprender	Entrava na sala online, mas não assistia às aulas	Não assistia às aulas
Não	22,1	42,2	13,3	22,5
Sim	16,5	53,8	12,2	17,6

Fonte: Elaboração própria.

Todavia, quando cruzada com a variável do aprendizado na pandemia, os incentivos aos estudos não geraram resultados necessariamente positivos. Dentre os que receberam incentivos, 16,5% afirmaram entrar nas aulas remotas e conseguir aprender, mas entre os que não receberam estímulos foram 22,7%.

De modo contrário, entre os que entraram nas aulas, mas não conseguiram aprender, obteve-se 53,8% e 42,2% entre os que tiveram e não tiveram incentivos, respectivamente. A diferença é muito pequena entre os que entravam nas salas virtuais, mas não assistiam às aulas; porém, aparece de modo positivo no pior indicador: os que não entravam nas salas e nem assistiam às aulas eram 22,5% dos que não receberam incentivos e 17,6% dos que receberam.

Os dados mostram que para o aprendizado é necessário, mais do que estímulo, já que os que mais aprenderam não necessariamente foram estimulados. No entanto, tomar a decisão por assistir a aula, depende, sim, de incentivos. Quando eles não vêm, é mais fácil optar por não assistir aula.

Considerando a ambição profissional, o resultado dos incentivos aos estudos foi positivo: questionados se alcançariam a profissão que desejam, 64,9% dos que recebiam incentivos aos estudos responderam “sim”, contra 58,5% dos que não receberam. Ainda que os indicadores sejam similares na alternativa “talvez” (32,9% e 34,4%, respectivamente), a distinção na resposta negativa foi mais expressiva, com 2,2% contra 7,1%, respectivamente.

Tabela 10 – Percentual de Alguém o estimula a estudar por Pretensões pós ensino médio

Alguém a(o) estimula a estudar?	Quando terminar o ensino médio você pretende...						
	Fazer concurso público	Fazer curso técnico	Fazer curso técnico e trabalhar	Fazer faculdade	Fazer faculdade e trabalhar	Não fazer nada	Somente trabalhar
Não	6,7	5,1	11,5	17,4	35,2	4,3	19,8
Sim	5,9	3,3	13,0	16,7	43,0	1,5	16,6

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à ambição estudantil, a estratificação entre os que receberam ou não incentivos aos estudos gerou resultados mais neutros, com diferenças girando entre um e dois pontos percentuais, com a mais expressiva a opção “fazer faculdade e trabalhar”, respondida por 43% dos que receberam incentivos, contra 35,2% dos que não receberam; na opção “somente trabalhar”, com 16,6% contra 19,8%; e na alternativa “não fazer nada”, com 1,5% contra 4,3%, respectivamente, que parecem apontar ligeira vantagem entre aqueles que foram incentivados a estudar.

Considerando o pertencimento religioso, há de se estabelecer algumas considerações importantes sobre o lugar dessa instituição no que se refere às disposições sociais em relação à pandemia. Em nossa amostra, temos a seguinte distribuição religiosa: católicos (31,6%), protestantes/evangélicos (31,2%), sem religião, mas acredito em algo (29,1%), outras religiões (5,2%) e ateus (2,9%).

Entre os que alegaram abalos na saúde mental durante a pandemia temos a seguinte relação na Tabela 11:

Tabela 11 – Pertencimento religioso X saúde mental

Pertencimento religioso	Percentual de estudantes que relataram saúde mental abalada
Ateus	78,7%
Outras religiões	74%
Não tem uma religião, mas acredita em algo	67,7%
Católicos	59,1%
Evangélicos/ Protestantes	59,8%

Fonte: Elaboração própria.

São dados que denotam certa influência do pertencimento religioso como fator protetivo em relação ao quadro de deterioramento da saúde mental durante a pandemia.

Reiteramos que em média 63,2% dos entrevistados relataram algum abalo mental durante o período. No entanto, a pertença religiosa parece indicar que evangélicos/protestantes (59,8%) e católicos (59,1%) foram os menos propensos a acusarem abalos na saúde mental.

Um segundo estrato traz aqueles que dizem que “acreditam em algo”, mas não têm uma religião formal (67,7%). Um terceiro é composto pelos que mais disseram ter tido a saúde mental abalada, distribuídos por aqueles que professam “outras religiões” (74%) e pelos ateus (78,7%). A crença nas religiões cristãs parece também ter sido um porto onde puderam atracar-se e se sentirem seguros, enquanto os que em nada creem foram os mais atingidos.

Tabela 12 – Percentual de pertencimento religioso por participação nas aulas

Religião	Assistia às aulas	Não assistia às aulas
Católico	72,9	27,1
Outra religião	69,9	30,1
Protestante/ evangélico(a)	69,7	30,3
Não tenho religião, mas acredito em...	67,2	32,8
Ateu	60,0	40,0

Fonte: Elaboração própria.

A religião nos parece também ter influenciado a disposição para o aprendizado, ou, pelo menos, certa docilidade em relação aos estudos⁴. Assim, aqueles que mais assistiram às aulas *on-line* (tendo conseguido ou não aprender a lição) foram os católicos (72,9%, mas, dessa vez, houve uma maior diferenciação em relação aos evangélicos/ protestantes (69,7%), que ficaram tecnicamente empatados com daqueles que dizem ter outra religião (69,9%) e à frente daqueles que dizem não ter religião, mas acreditar em alguma coisa (67,2%). Os que menos frequentaram a sala de aula virtual foram os ateus (60%).

⁴ Abreu, Aquino, Lopes e Rocha (2021) já apontavam uma correlação positiva entre a pertença religiosa de mães evangélicas e católicas e o cuidado e acompanhamento escolar dos filhos.

Tabela 13 – Pertencimento religioso por Do que mais sentiu falta na pandemia?

Religião	Durante a pandemia, do que mais você sentiu falta? Da sensação de não ter medo
Ateu	13,3
Outra religião	11,1
Não tenho religião, mas acredito em algo	10,6
Católico(a)	9,4
Protestante/ evangélico(a)	9,1
Total	10,0

Fonte: Elaboração própria.

Quando os jovens relataram a situação de medo durante a pandemia, embora por pouca margem, os que professam a crença cristã pareceram mais “protegidos”, com índices menores do que os que acreditam em algo, mas não têm uma religião, os de outras religiões e os ateus, que foram os que relataram ter mais medo.

A partir dos dados de nossa amostra, podemos concluir que, embora os jovens estejam, de maneira geral, fragilizados pela pandemia, foi possível identificar algumas variáveis protetivas: o pertencimento religioso (sobretudo), morar com a mãe e ser do sexo masculino. Considerando, em especial, as questões de saúde mental, é possível perceber que as meninas foram mais afetadas, mas, ao mesmo tempo, são elas que mais acreditam que o futuro profissional passa pela formação acadêmica.

A variável raça não apresentou mudanças significativas quanto à saúde mental, ao passo que o pertencimento religioso terminou servindo como um tipo de estímulo aos estudos, o que também foi verdade para compartilhar a residência com a mãe. A variável de morar com pai e mãe juntos afetou positivamente ter a saúde mental abalada na pandemia e ter alguém que incentiva os estudos.

O destaque à variável de gênero está em consonância com outros estudos realizados em nosso laboratório (Lima; Abreu; Lopes, 2020; Lima Filho; Gonçalves; Santos, 2022; Lopes *et al.*, 2024), que demonstram a degeneração da saúde mental entre pessoas do sexo feminino durante a pandemia, tanto entre discentes quanto em docentes.

A partir de duas coletas de dados, realizadas em 2020 e 2021, com um total de 2965 estudantes do ensino médio, percebemos nesse outro estudo (Lopes *et al.*, 2024), que as meninas apontavam um maior conjunto de sentimentos negativos relacionados ao período pandêmico do que os meninos. Também foi possível observar a desigualdade na divisão

sexual do trabalho: durante o isolamento no ano de 2020, a realização de atividades domésticas foi bem similar entre os sexos, porém, em 2021, isso mudou, e o número de meninos foi menos da metade da quantidade de meninas.

Outras pesquisas também corroboram essas observações. Vazquez *et al.* (2022) demonstraram que, entre os estudantes do 9º ano do fundamental ao 3º ano do ensino médio das cidades de São Paulo e Guarulhos, no ano letivo de 2020, 10,5% apresentaram sintomas depressivos graves e 47,5% sintomas ansiosos graves, além de evidências de que houve crescimento desses sintomas por causa da pandemia, baseado em estudos realizados em países como Alemanha, Canadá, China, Dinamarca, Estados Unidos, Filipinas, Japão e Reino Unido.

Os autores ainda associaram os sintomas depressivos e ansiosos às variáveis de maior tempo de tela (em *smartphones* e computadores), inversão de horários (trocando o dia pela noite) e ser do sexo feminino. O estudo aponta que a ausência da rotina escolar (com a paralisação das aulas presenciais) seria um fator contribuinte para o tempo de tela e a inversão de horários (Vazquez *et al.*, 2022), mas não dá uma resposta satisfatória à variável de gênero.

Ainda que resultados diretos sobre isso não tenham sido coletados na pesquisa aqui desenvolvida, nossos estudos (Gonçalves; Lima Filho; Freitas, 2020, Lima Filho; Gonçalves; Santos, 2022) sugerem que a obrigação social das mulheres com as atividades domésticas e de cuidado de pessoas (o que inclui tanto idosos quanto crianças) é um fator predominante na vida do sexo feminino de modo generalizado, independente de classe social ou de função social, já que aparece tanto para as estudantes quanto para suas professoras.

Em fala à Rádio USP, a professora Leila Tardivo (2025) aponta para o crescimento exorbitante dos atendimentos a adolescentes no SUS por crises de ansiedade e destaca que, embora o problema da saúde mental entre jovens já fosse crescente anteriormente, a pandemia parece ter impulsionado a questão, numa associação também com o uso de aparelhos eletrônicos com telas. O estudo da Unicef (2021) estima o percentual de jovens entre 10 e 19 anos com problemas de saúde mental em 17,1% no Brasil, um dos mais altos da América Latina e Caribe, já percebendo, inclusive, a divisão entre os sexos, com as meninas (17,6%) ligeiramente à frente dos meninos (16,7%).

Portanto, apesar de estatisticamente o gênero não ter sido a variável com maior destaque na correlação entre os dados, cumpre ressaltar os vários elementos sociais que apontam para sua importância não somente quanto à saúde mental, mas também às perspectivas de futuro dos jovens em idade escolar.

5 Considerações finais

Como resultado deste estudo, identificamos cinco achados principais relacionados à base de dados: (1) o pertencimento religioso se mostrou um fator de proteção para a saúde mental; (2) morar com a mãe contribuiu para o bem-estar emocional dos estudantes e foi elemento incentivador para a continuidade dos estudos; (3) os meninos relataram menos problemas de saúde mental do que as meninas; (4) as meninas têm expectativas profissionais que passam pelo acesso ao ensino superior; (5) o pertencimento religioso se revelou um fator de estímulo ao estudo.

A experiência adquirida na pandemia de Covid-19 e a reflexão sobre os impactos produzidos por ela nos fazem pensar que, para uma atuação mais eficaz em próximas pandemias, as instituições devem levar em consideração os fatores protetivos, assim como atentar para os fatores estressores. Recursos tecnológicos são importantes e bem-vindos, mas atentar para questões como o envolvimento dos alunos (reforçando para isso as conexões entre a família e a escola), ações de cuidado com a saúde mental e proteção social, equalizando os trabalhos de cuidado são igualmente importantes para o acesso e qualidade do ensino e aprendizagem.

A partir dos dados de nosso estudo, recomendamos às redes educacionais estaduais maior atenção às relações entre as escolas e as famílias, com trocas mais sistemáticas e a inserção dos genitores, em especial às mães, no cotidiano escolar, pois os dados revelam que a presença das mães é muito benéfica para os filhos. Trabalhar as questões de gênero e entender a disposição dos meninos ao mercado de trabalho, por um lado, e a maior ambição estudantil das meninas, por outro, podem auxiliar na orientação dos estudantes quanto ao futuro, principalmente porque estão no ensino médio.

A disparidade entre as escolhas profissionais de meninas e meninos chamou bastante a atenção, o que aponta à reprodução de estereótipos relacionados aos gêneros no processo de socialização dos jovens sobre a qual a escola teria bastante a dizer, seja pela discussão de sexo e gênero em si, seja pela discussão sobre o mercado de trabalho, algo que não deveria ser exclusivo das escolas profissionalizantes.

Também relacionado a isso, entender que, por motivos variados, as meninas parecem enfrentar mais questões relacionadas à saúde mental, pode auxiliar às escolas na promoção de ações preventivas e a ampliar o diálogo com os jovens não somente na identificação de seus problemas, mas no encaminhamento de possíveis soluções, que incluem a articulação de políticas públicas de saúde e assistência.

Por fim, vale mencionar que a aparente desconexão entre oferta de aulas virtuais e

aprendizado, e a relação disso com variáveis como saúde mental, sexo, estímulo aos estudos e religião deixam uma importante lição ao Estado brasileiro: a necessidade de buscar refinar aspectos pedagógicos do ensino remoto como uma modalidade útil à educação como um todo e que, no caso de novas crises (sanitárias ou não) futuras, pode ser desenvolvida com atenção a tais desafios na busca de maior eficiência.

Referências

- ABREU, D.S.; AQUINO, J. Contexto familiar e cumprimento da condicionalidade de frequência escolar no Programa Bolsa Família no Ceará. *Educar Em Revista (Impresso)*, v. 33, p. 55-70, 2017.
- ABREU, D.S. *et al.* Religião e diálogo: notas sobre a educação de mães do Bolsa Família. In: LOPES, V.; ABREU, D.S.; RIOS, G. (Orgs.). *Quando gira a roda da história: O Programa Bolsa Família e seus beneficiados*. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 26-60.
- BARBERIA, L.; CANTARELLI, L.; SCHMALZ, P.H.S. Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do Covid-19. 2021. Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/remote-learning-in-the-covid-19-pandemic-v-1-0-portuguese-diagramado-1.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- BRAVO, M.H.A. *et al.* A resposta educacional das redes estaduais à pandemia em 2020 e 2021. *Cadernos de Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 1-32, jul./set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v31n3.2024.53>.
- CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. In: *Revista Virtual Textos e Contextos*, v. 4, p. 01-17, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- DUARTE, R.G. *et al.* O regime de colaboração na pandemia da Covid-19: analisando as normativas do Programa Aprendizagem na Idade Certa-MAIS PAIC. *Perspectivas em Diálogo*, v. 12, n. 30, p. 229-252, jan./mar. 2025.
- FURLIN, N. Da educação presencial à educação remota: a experiência docente em tempos de coronavírus. In: GROSSI, M.P.; TONIOL, R. (Orgs.). *Cientistas sociais e coronavírus* [e-book]. São Paulo; Florianópolis: Anpocs; Tribo da Ilha, 2020. p. 683-686.
- GONÇALVES, D.N.; LIMA FILHO, I.P. Enfrentamento educacional diante da Covid-19 no Ceará. In: ABRANCHES, A.F.P.S.; CRUSOÉ, N.M.; GONÇALVES, D.N. *Políticas e práticas docentes no contexto da Covid-19: o cenário da região nordeste* [Meio Eletrônico]. Brasília: Anpae, 2023. p. 78-96. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2023/POLITICAS-E-PRATICAS-DOCENTES-2023.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

GONÇALVES, D.N.; LIMA FILHO, I.P.; FREITAS, R.M.F. Educação superior em tempos de pandemia: uso de tecnologias e condições de trabalho docentes. In: FROTA, F.H.S.; FROTA, M.H.P.; SILVA, M.A.L. (Orgs.). *O impacto do Covid-19 nas políticas públicas*. Fortaleza: EdMetas, 2020, p. 259-275 [mesmas págs. Do texto abaixo?]. E-book. Disponível em: <https://lepec.ufc.br/wp-content/uploads/2021/04/livro-o-impacto-da-covid-19-nas-politicas-publicas-uece.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

LIMA, A.J.C.; ABREU, D.S.; LOPES, F. W.R. As condições de ensino, aprendizagem e avaliação no contexto do Covid-19: o que nos dizem os estudantes do ensino superior no Ceará? In: FROTA, F.H.S.; FROTA, M.H.P.; SILVA, M.A.L. (Org.). *O impacto do Covid-19 nas políticas públicas*. Fortaleza: EdMetas, 2020, p. 277-295. E-book. Disponível em: <https://lepec.ufc.br/wp-content/uploads/2021/04/livro-o-impacto-da-covid-19-nas-politicas-publicas-uece.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

LIMA, A.M. Precarização docente, EAD e expansão do capital na educação: correlações com a portaria nº 343/2020 do MEC em virtude da pandemia da Covid-19. In: GROSSI, M.P.; TONIOL, R. (orgs.). *Cientistas sociais e coronavírus* [e-book]. São Paulo; Florianópolis: Anpocs; Tribo da Ilha, 2020. p. 670-673.

LIMA FILHO, I. P.; GONÇALVES, D.N.; SANTOS, H.R.R. O trabalho docente e a pandemia da Covid-19: uma investigação com professores do ensino fundamental e médio. *Revista Teoria & Cultura*, v. 17, n. 1, p. 11-23, maio 2022, Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34782>. Acesso em: 17 jun. 2024.

LOPES, F.W.R. *et al.* Sentimentos de estudantes do ensino médio na pandemia de Covid-19. *Revista @mbienteeducação*, v. 17, n. 00, p. e023053, 2024. DOI: 10.26843/ae.v17i00.1297. Disponível em: <https://publicacoes.unid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1297/1449>. Acesso em: 23 set. 2025.

NIC.BR. *Portal de Dados do Cetic.br - DataCetic*. Disponível em: <https://data.cetic.br/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PEREIRA, R. *et al.* O trabalho do coordenador pedagógico durante a pandemia: uma análise dos desafios enfrentados em Fortaleza/CE. *Revista @mbienteeducação*, v. 17, n. esp. 2, e023030, 2024. e-ISSN: 1982-8632. DOI: <https://doi.org/10.26843/ae.v17iesp.2.1291>.

PESSOA, M. F.; VAZ, D. V.; BOTASSIO, D. C. Viés de gênero na escolha profissional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 51, p. e08400, 10 dez. 2021.

SENHORA, M.C.S. *et al.* Olhar direto de saberes: a percepção dos estudantes de escolas públicas do ensino médio em São Paulo e Rio Grande do Norte durante a pandemia de Covid-19. *Revista Caderno Pedagógico – Studies Publicações e Editora Ltda.*, v.21, n.9, p. 01-21, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n9-127.

SEDUC-CE. *Projeto Professor Diretor de Turma - PPDT*. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/projeto-professor-diretor-de-turma-ppdt/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SOMMERHALDER, A.; ZANOTTO, L.; PENTINI, A.A. A reorganização do convívio familiar com crianças em pandemia pela Covid-19 no Brasil. *Educação em Revista*, v. 39, p. e35663, 21 jul. 2023.

TARDIVO, L. Aumento de casos de ansiedade entre jovens abre espaço para desafios e iniciativas de prevenção. *Jornal da USP no Ar 1ª Edição*, Rádio USP. São Paulo: USP, 11/02/2025. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=853688>. Acesso em: 30 set. 2025.

UNICEF. *The state of the world's children 2021 - On my mind: promoting, protecting and caring for children's mental health*. s/l: Unicef/ Regional Brief: Latin American and the Caribbean, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/108126/file/SOWC-2021-Latin-America-and-the-Caribbean-regional-brief.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

VAZQUEZ, D.A. *et al.* Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 304-317, abr./jun. 2022. DOI: 10.1590/0103-1104202213304.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) à pesquisa “Implementação de Políticas Educacionais e Desigualdades frente a Contextos de Pandemia pelo Covid-19” (processo número 2021/08719-0).

Revisão de texto: Dayse Ventura Arosa

Submetido em 22/03/2025